

DOI:10.4025/5cih.pphuem.2114

Breve Discussão Historiográfica da Obra de Manoel Calado: A Utilização do Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade como Fonte para o Estudo do “Brasil Holandes”

Thiago Cavalcante dos Santos (mestrando PPH/UEM)

Resumo: Esse trabalho analisa a obra de Manoel Calado, *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade*. Manoel Calado é o pseudônimo de Manoel do Salvador, clérigo português que escreveu um diário que narra as lutas travadas entre luso-brasileiros e holandeses durante a insurreição pernambucana, 1645-1654. Ao longo dos séculos, Manoel Calado tornou-se um dos documentos mais utilizados para o estudo desse momento histórico, t Nesse trabalho analisamos como a historiografia interpreta os escritos desse clérigo, e como podemos estudá-lo nos dias de hoje.

Palavras-Chave: Brasil-Colônia. Documento. Historiografia.

Introdução

Segundo Calvino (2007), um clássico é uma obra que “*nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer*”, ou seja, o clássico tem a capacidade de não se esgotar ao longo dos anos. Isso ocorre em razão de que em momentos históricos distintos, os historiadores fazem distintas perguntas aos documentos. Ou seja, os documentos não mudam, mas cada momento histórico realiza questionamentos distintos, contribuindo para a atualidade do clássico.

Entendemos que ler um clássico exige a adoção daquilo que Ítalo Calvino chama de “*ato de leitura responsável*”. Em *Como ler os clássicos*, Calvino afirma que todo clássico tem um peso vinculado a uma importância histórica que lhe foi transmitida de geração em geração por intérpretes que influenciaram dado grupo e/ou sociedade.

A ausente leitura responsável faz com que muitas vezes realizemos leituras equivocadas sobre clássicos porque em geral, não lemos os clássicos diretamente, mas nos baseamos em análises de intérpretes inseridos em distintos momentos históricos tanto do clássico, quanto de nós.

Para Calvino (2007), isso acontece, em razão dos clássicos chegarem até nós trazendo as marcas de leitores que nos precederam, logo, se leio um clássico, não posso esquecer o quão significativo esse clássico foi ao longo do tempo, e devo questionar se o significado do clássico para a posteridade é algo pertinente a obra ou a deformações e dilatações interpretativas da obra ocorridas ao longo do tempo.

Diante do conflito entre intenção da obra e dilatações interpretativas, ocorre aquilo que chamamos de *verdades* de um texto. As verdades ocorrem porque o pesquisador tem o intuito de descobrir se o texto diz a verdade, e se a historiografia soube se relacionar com a obra que o pesquisador está investigando. Vejamos como a historiografia analisou a obra de Calado.

Os nacionalistas do século XIX.

Logo após a Independência do Brasil, houve um esforço em fortalecer a imagem do novo país e trazer unidade aos diversos grupos sociais e étnicos. Influenciados pelo romantismo europeu, intelectuais passaram a buscar no passado colonial as raízes da nacionalidade brasileira.

Na literatura destacavam-se nomes como Gonçalves Dias, Castro Alves, José de Alencar, etc. Na história homens como Francisco Adolpho Varnhagen, Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco e outros, retomavam aos escritos clássicos da época colonial no intuito de afirmarem suas posições sobre a brasilidade.

Nessa busca, divergências interpretativas quanto a colonização brasileira e o papel desempenhado pela Coroa Portuguesa eram frequentes. Enquanto Varnhagen afirmava que a força da nova nação era fruto do trabalho empreendido pela Coroa Lusitana por mais de três séculos, outros afirmavam que a força do país era sufocada pelos resquícios do domínio português, logo, o período colonial teria sido um tempo de opressão da metrópole sobre a colônia.

Estas interpretações tinham em comum a utilização, como fonte, de conhecidas obras e clássicos escritos entre os séculos XVI e XIX. Dentre as obras utilizadas, destacavam-se os escritos pertinentes ao Brasil-Holandês. Isso ocorreu porque os historiadores indagavam se a insurreição que expulsou os holandeses do Pernambuco em 1654 teria sido um movimento com um germe nacionalista ou ainda era fruto das ações da Coroa Portuguesa em defesa de seus territórios americanos, da mesma forma que havia ocorrido no século XVI no Ceará, Maranhão e Rio de Janeiro contra franceses e holandeses. Em razão disso, a obra de Manoel

Calado tornou-se para os historiadores brasileiros do século XIX uma das principais fontes para o estudo dos embates travados contra os invasores holandeses.

Dentre os historiadores brasileiros do século XIX que se propuseram a estudar a obra de Manoel Calado, destaca-se Francisco Adolpho de Varnhagen (visconde de Porto Seguro). Conhecido como o *Heródoto Brasileiro*, Varnhagen foi um dos fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Em seus escritos sobre a história do Brasil, Varnhagen propôs que o estudo da história deveria ser baseada nos fatos, e não mais naquilo que ele afirmava serem “*boatos ou lendas históricas*”. Naquele momento os estudos historiográficos realizados no Brasil eram influenciados pelo romantismo, que influenciava boa parte dos intelectuais do país. Com o perfil de uma jovem nação, recém independente do domínio português, coube a homens como Varnhagen oferecer ao país um passado que valorizasse os grandes feitos e os grandes homens, proporcionando assim o desenho de um Brasil independente.

A admiração pelos feitos empreendidos pelos portugueses e sua ligação com o Imperador Dom Pedro 2º, fez com que as posições de Varnhagen fossem parciais e unilaterais. Em suas obras, o Brasil Imperial dava continuidade a história que os portugueses fizeram no passado, de modo que a ruptura com Portugal seria apenas no campo político, mas não na identidade de nação. A identidade nacional descrita por Varnhagen excluía o papel social exercido por negros e índios, e enaltecia uma história feita por grandes homens, como reis, guerreiros, governadores e bispos.

Sobre o Brasil Holandês, Varnhagen escreveu *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 – 1654* e dedicou alguns capítulos de *História Geral do Brasil* para falar do governo do Conde Maurício de Nassau e de alguns episódios da insurreição. Seus escritos influenciaram uma gama de historiadores do Brasil Holandês que o sucederam, tais como, Watjen, Netscher e outros.

Varnhagen desprezava as ferramentas de metodologia do clérigo português e o lugar social o qual ele estava inserido. classificou o *Valeroso Lucideno* como mais uma “fábula” do século XVII².

Assim diz Varnhagen sobre Calado:

Como testemunha de vida, deve este autor ser consultado; porém sempre com o possível tento e critério. Ministro de uma religião toda de paz e tolerância, mostra-se de ânimo pequeníssimo contra os que não eram seus amigos; partidário de Fernandes Vieira, compromete-o com o seu pouco tino, quanto mais o pretende exaltar; e presta-se até a denegrir aos da parcialidade rival, acusando-os de assassinos (VARNHAGEN, 1955, p 21)

Contudo, ainda que crítico de Calado, o autor utiliza seus escritos para enfatizar alguns eventos do Brasil Holandês. O autor compartilha as posições de Calado sobre a traição de Calabar. No entanto, enquanto para Calado (1942), Calabar seria perdoado por Deus pelos seus pecados, para Varnhagen, o índio nunca seria perdoado pela pátria, e que por isso teria seu nome no rol dos traidores da história luso-brasileira³. O tema patriotismo é corrente em sua obra sobre a insurreição. Sobre isso, diz o autor.

Entre os moradores que emigravam contavam-se muitos proprietários de engenhos, tanto da Paraíba, como da Guiana e Pernambuco, com grande número de escravos, e muitas senhoras que pela primeira vez se viam por caminhos pouco frequentados e inhóspitos, sujeitas à inclemência dos tempos, e até aos ataques das feras, quando se extraviaram. Figuremo-nos que cenas de dor e de ternura se não passariam nesta triste transmigração, através de países de montanhas, quase não trilhados, e onde as melhores belezas da natureza virgem pareciam horrores e abismos aos que levavam

os ânimos contristados. Aqui ficava desfalecido o ancião respeitável, a quem já as forças físicas não igualavam às do patriotismo; ali se via com os pés feridos a donzela, que apenas em sua vida passeavam à distancia de sua casa até a igreja; acolá a jovem espôsa, que vendo o momento de dar à luz o fruto do seu amor, tinha de misturar às lágrimas das dôres do parto com as da de perder o filho ao exalar o primeiro suspiro...Mesquinha condição humana que ao menor sôpro do infortúnio tanto tem de padecer (VARNHAGEN, 1955, p. 170)

Para Varnhagen a luta contra os holandeses era uma luta nacionalista. Para ele os habitantes do Brasil foram os primeiros que se levantaram contra os holandeses. Além disso, Varnhagen considera que as ações praticadas por Vidal e Camarão, chamados pelas tropas espanholas em 1639⁴ (período da vinda do Conde da Torre) a guiarem seus batalhões. O papel desempenhado por esses líderes faz com que Varnhagen os chamasse de *caudilhos*.

Para Varnhagen (1955), Vidal foi o responsável por organizar as campanhas no interior e em participar da integração dos senhores das mais diversas partes do nordeste, como Paraíba e Alagoas. Assim, Varnhagen acredita que Vidal foi a alma do plano posto em execução.

Ao crêditar a insurreição às ações de Vidal, Varnhagen acaba por negar um papel ativo na insurreição a Vieira como líder e mentor do movimento de liberdade. Segundo Varnhagen:

[...] não há menor dúvida que não foi João Fernandes Vieira o autor da idéia da restauração de Pernambuco com aparência de espontânea como se chegou a acreditar, em virtude das asserções dos seus adutores Fr. Manuel Calado e Fr. Rafael de Jesus. (VARNHAGEN, 1955, p.263)

Foi em Calado, que Varnhagen encontrou elementos para justificar seu questionamento sobre a liderança de Vieira, visto que o próprio Calado afirmava que “em Vidal obravam não só os impulsos do patriotismo, como também os da religião” (CALADO, 1942, p. 264)

Para o autor, o próprio rei D. João IV teria visto em Negreiros a figura de liderança do movimento insurrecional:

Vieira não chegou nunca ser o conductor da insurreição, como depois nunca foi o diretor da guerra. O seu papel restringiu-se antes ao que em linguagem vulgar se costuma designar por testa de ferro. Em vista dos fatos, quem se nos apresenta como verdadeiro conductor da insurreição, e segundo dissemos, como verdadeira alma deles, é o paraibano André Vidal; embora a sua muita abnegação e modéstia quase o chegaram a ocultar à posteridade, a ponto que não poucas resistências e reações temos encontrado para levantá-lo, prestando culto ao mérito e à verdade [...] rei D. João lhe fez pessoalmente promessa de lhe dar, quando se restaurasse, o governo do Maranhão, ainda então sob o domínio holandês [...] (VARNHAGEN, 1955, p.268)

Para Varnhagen (1955), Vidal teria o papel de grande libertador, pois ao contrário de Vieira, ele andava em cada parte na Nova Holanda combatendo contra os neerlandeses. No Maranhão e na Paraíba ele foi o responsável pela restauração local, e o mesmo seria feito no Pernambuco. Tudo isso, afirma Varnhagen, deu-se com o consentimento do governo de Salvador, que foi convencido por Vidal depois deste informar que 40 soldados de linha, “todos destros na milícia e capazes de serem oficiais na guerra e governar companhias” (VARNHAGEN, 1955, p. 284), serem enviados ao Pernambuco.

Outro historiador de destaque do século XIX que se utilizou dos escritos de Manoel Calado foi Capistrano de Abreu. Ao contrário de Varnhagen, Abreu inovou a análise historiográfica com a inserção dos excluídos, pois vinha de posição social distinta e época intelectual diferente da do conde de Porto Seguro.

Enquanto Varnhagen escreveu no momento que a monarquia se consolidou, Abreu escreveu quando a monarquia iniciava sua crise final. Enquanto Varnhagen criticava a ausência de um projeto político nacional, Abreu afirmava que o surgimento do novo povo deu-

se com a adesão de um projeto político. Enquanto Varnhagen escreveu durante a Guerra do Paraguai, Abreu escreveu no momento posterior ao conflito, e em tese, isso explica a inserção dos marginalizados em sua obra em razão da aceitação de negros e mulatos no exército que combateu no Paraguai.

Ao privilegia o povo e a constituição étnica em detrimento do Estado, Capistrano de Abreu produz uma interpretação da história brasileira diferente daquela escrita por Varnhagen. Para Abreu, a constituição da unidade do povo brasileiro teria se dado entre 1624 – 1654, período que corresponde ao domínio holandês.

Para Abreu o surgimento da nacionalidade ocorreu no século XVII em torno do catolicismo. A fé católica teria sido o elemento de união entre os moradores do Brasil na luta contra o herege invasor.

Embora, Calado não afirme que ocorreu o surgimento de uma nacionalidade inspirada pela fé, Abreu utiliza *O Valeroso Lucideno* como sua principal referência para a sua argumentação⁵.

De acordo com Abreu (1998), a vitória contra os holandeses só foi portuguesa em alguns aspectos (heranças das proezas de luta do Além-Mar e do catolicismo). A expulsão dos holandeses foi, principalmente depois de 1654 uma vitória dos brasileiros, que foram forçados nessa luta. Assim, para Abreu, a leitura da obra de Calado permite identificar um sentimento, original, novo, não português, patriótico, brasileiro. Os combates deram-se com os próprios heróis, e para ele, esse período marca uma separação entre pernambucanos e portugueses. Abreu acreditava que no século XVII havia uma tendência a integração e a formação de uma nação independente.

Sobre isso, assim diz Abreu;

Em outros termos, Holanda e Olinda representavam o mercantilismo e o nacionalismo. Venceu o espírito nacional. Reinóis como Francisco Barreto, ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina. Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos. (ABREU, 1998, p. 104)

Segundo Abreu (1998), a luta contra os holandeses necessitava de um homem como Vieira. Para o autor, apenas o lusitano seria capaz de assumir a responsabilidade da empresa da liberdade, visto que os compatriotas respeitavam-no, e ele os ajudava e protegia de maneira liberal e generosa. Entretanto, Vieira não teria sido vitorioso sem a ação de Vidal.

A primeira vista ninguém menos próprio (JOÃO FERNANDES VIEIRA) para o papel de herói e libertador. Entretanto, Vidal de Negreiros, paraibano que começou a se distinguir com Matias de Albuquerque, e oficial da guarnição da Bahia, sondou o espírito de Vieira e achou-o disposto à empresa. Notou, porém, a falta de munições, de armamento, de gente entendida em guerra para o levante não degenerar em manifestação estéril; para suprir todas estas faltas precisava-se de tempo e de socorros estranhos. De fato, foi-se fazendo tudo com as maiores precauções possíveis. E quando a gente de Vieira começou a agitar, mandou embarcados dois terços da força paga sob o mando do velho Martim Soares Moreno e do ardente Vidal de Negreiros, a pretexto de conterem os rebeldes. (ABREU, 1998, p. 101)

Ao atribuir o crédito da vitória sobre os invasores a Vieira, a Soares e a Vidal de Negreiros, Abreu vai encontrar uma maneira de associar históricos valores lusitanos de coragem a um sentimento nacionalista que brotava entre os brasileiros. Dessa forma, Abreu

vislumbra a vitória sobre o invasor como o resultado da a ação portuguesa em defesa da colônia, e o surgimento de uma identidade entre os “brasileiros”.

b) Novas perspectivas nos meados do século XX.

A preocupação dos historiadores em definir a formação da identidade brasileira se estendeu ao longo do século XX. Entretanto, a chamada crise dos paradigmas, as novas perspectivas que surgiram na escrita da história e as distintas historicidades dos historiadores, fizeram com que, as temáticas, as abordagens e as conclusões sobre a história do Brasil se transformassem ao longo do século XX. O uso de novos documentos do período colonial, a releitura tantos dos historiadores clássicos brasileiros do século XIX, quanto dos clássicos coloniais, e a incorporação dos estudos teóricos mais recentes moldaram a escrita da história no Brasil em meados do século XX.

Ao mesmo tempo, ocorre nesse período uma diminuição no interesse dos historiadores pela discussão do Brasil-Holandês, e conseqüentemente pela obra de Manoel Calado. As poucas obras dedicadas ao assunto ou reproduziam as idéias predominantes entre os historiadores do século XIX, especialmente Varnhagen, ou procuravam analisar novos aspectos das guerras travadas entre neerlandeses e luso-brasileiros.

José Honório Rodrigues, foi um dos principais historiadores a retomar as discussões sobre o Brasil-Holandês e escrever sobre o esse período mediante novas perspectivas. Nesse sentido, o autor dedicou-se a discutir a bibliografia e a historiografia do Brasil-Holandês e a ressaltar outros elementos, (como o espaço geográfico, isto é, o mar, a terra, o campo, a cidade), pertinentes ao evento.

A obra de Rodrigues é vasta e abrangente. Além de publicar obras sobre teorias e metodologia da história (entre estas últimas, destacaríamos *História e Historiadores do Brasil, Vida e História, História e Historiografia* e por fim *História, corpo no tempo*). Dedicou-se também ao estudo tanto da história do Brasil Colonial, quanto do período Republicano. Contudo, Rodrigues tornou-se mais citado e conhecido pelo que escreveu sobre o período holandês, da história colonial brasileira. Para tanto, José Honório utiliza, em grande medida, a obra de Calado.

Em *Civilização Holandesa no Brasil*, escrita em conjunto com José Higinio Pereira, o autor faz um trabalho que prima pela erudição e preocupação em fazer uma obra de fácil entendimento ao leitor (nome de cronistas, data de nascimento e de morte, nacionalidade e momento em que os cronistas escrevem). Já em *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rodrigues faz o brilhante trabalho, tanto por divulgar fontes pertinentes ao Brasil Holandês (com toda variedade de origens: autores brasileiros, portugueses, holandeses, alemães, ingleses, e outros) quanto por comentar as obras e seus respectivos autores.

Na primeira obra, Rodrigues acredita que a luta pela expulsão dos neerlandeses foi uma obra muito mais dos mazombos⁶ do que das forças portuguesas. Para o autor:

Portugal, pobre de recursos econômicos e militares, seguiu sempre uma política de contemporização na Europa, e de auxílio discreto e secreto nas colônias, enquanto a Europa, como lembra Prestage [EDGAR PRESTAGE], mantinha com Portugal a paz na Europa, porque lhes era indispensável o sal que iam adquirir em Setúbal, e a guerra nas restantes partes do mundo. (RODRIGUES, 1940, p. 6)

Contudo, ao contrário de Manoel Bonfim e Varnhagen, o autor não acredita que a luta foi um movimento com identidade nacional, pois para Rodrigues (1940) a sociedade colonial

atribuía aos mestiços e aos filhos de portugueses uma posição inferior. Para o autor, as intrigas entre os grupos ocorriam da seguinte maneira: os reinóis não suportavam os filhos portugueses nascidos no Brasil, e por isso os chamavam de mazombos. Já estes não toleravam o mameluco, o mulato, o caboclo. Por fim, estes últimos se consideravam superiores aos escravos. Sendo assim, não haveria, para esse analista, uma “identidade nacional” entre os vários grupos étnicos que compunham a população da colônia.

Ao mesmo tempo, Rodrigues (1940) também não acredita que as motivações da insurreição estivessem no âmbito religioso, posição que pode ser observada na obra de Calado, mas sim em motivações econômicas e nos conflitos entre o meio rural e o meio urbano, entre os senhores de engenho e os mercadores.

Para o autor, os atingidos pelas necessidades econômicas recorreram ao discurso religioso para fortalecer o movimento insurrecional. Assim, a questão religiosa teria sido utilizada como um fator de coesão social,

[...] é, preciso que se compreenda, aí, um grande descontentamento da classe rural, disfarçado com idéias religiosas, contra os mercadores particulares do Recife, judeus e holandeses, e contra a Companhia, que servia aos interesses da burguesia holandesa. (RODRIGUES, 1940, p. 276)

Para Rodrigues (1940), a insurreição foi consequência do endividamento dos senhores que compravam engenhos e negros, e acumulavam dívidas em razão da cobrança de altas taxas sobre essas operações financeiras, provocando uma situação alarmante que nem a justiça poderia resolver. Para Rodrigues, não foi difícil para os indivíduos senhores apropriarem-se do discurso religioso visto que, “a igreja católica, no Brasil colonial, estava por demais subordinada a influencia dos senhores de engenho” (RODRIGUES, 1940, p. 214).

Para Rodrigues (1940), as causas que determinaram a insurreição foram as condições materiais (de ordem econômica) e as condições subjetivas (perda do prestígio dos senhores de engenho). Para ele o aspecto religioso, tão enfatizado por Calado, foi apenas uma ferramenta para construção de um discurso que trouxesse unidade a grupos e estratos que até então não tinham uma identidade em comum. Contudo, o autor afirma que embora a classe burguesa mostrou-se insuficiente de destruir por completo os senhores, estes não desfrutariam mais da posição que outrora detinham.

Agora, porém, a classe burguesa da cidade não tinha forças suficientes para quebrar e destruir todo o sistema da vida colonial [...] Naturalmente a revolução, feita por senhores de engenho, irá colocar as coisas em seu antigo eixo. Mas nunca mais o prestígio do senhor de engenho será o mesmo. (RODRIGUES, 1940, p. 228/229)

Para Rodrigues, Calado e Rafael de Jesus foram os responsáveis por colocarem Vieira em um pedestal. Contudo, para Rodrigues Varnhagen retirou Vieira desse pedestal ao atribuir a Negreiros o papel central do movimento.

Mesmo trilhando por uma análise do Brasil Holandês que questiona algumas verdades de *O Valeroso Lucideno*, Rodrigues demonstra simpatia pelos escritos de Manoel Calado. O autor afirma que a obra de Calado é interessante, pois demonstra o clima de instabilidade social e o desejo dos estratos sociais se verem livre do jugo neerlandês. Para o autor

O grave e douto Padre Manuel do Salvador (1584 – 1654), como ele mesmo se denominou, compôs a mais singela história do Brasil dos Seiscentos. A ingenuidade e simplicidade com que escreveu, no meio do vozeio, das trombetas, dos assobios de bala, dão ao seu livro um alto índice de autenticidade. É certo que foi parcial, nem de outro modo poderia deixar de proceder quem por tantas vezes declarou, no correr de suas páginas vivas e coloridas, tomar partido pelos da facção da liberdade católica e lusitana. O seu desejo de ver o Brasil livre dos holandeses, o zelo em batalhas para

restituir Pernambuco ao império de D. João IV conduziram-no muita vez, ao êrro, à parcialidade, à falsidade...Entrara em Pernambuco poucos meses antes da invasão, a fim de adquirir esmolas para seu velho pai e sua tia, e solidarizando-se com os sofrimentos dos aflitos moradores embrenhou-se pelo mato onde reza missa, consolava os enfermos, pregava a fé católica, abominava a malícia herética e confortava os pusilânimes. (RODRIGUES, 1940, p. 6)

c) Novos olhares sobre a obra de Calado

Duas instituições, A Companhia das Índias Ocidentais e os Senhores de Engenho disputavam ao poder; e tentavam garantir o domínio do território nordestino. No cenário em questão, essas duas instituições se relacionavam por meio da negociação e do conflito ora cedendo espaços, ora realizando ações para retomá-los.. Ambas procuravam marcar suas posições, ainda que em tese apenas uma, a Companhia das Índias Ocidentais, controlasse o território.

De acordo com Menezes (2005), embora o estudo das instituições tenha sido introduzido na ciência histórica contemporânea por Fustel de Coulanges, as origens desse modo de investigar a história se dá nos séculos XVI e XVII, período em que os juristas humanistas estudavam o direito e a legislação no intuito de explicar o essencial das evoluções políticas, econômicas e culturais. Mediante essa longa trajetória, qual seria a utilidade de realizar uma interpretação da obra de Calado pelo prisma da instituição?

Para que possamos entender a dinâmica das instituições, principalmente na obra de Manoel Calado e no contexto do Brasil Holandês, se faz necessário olharmos para algumas das características da instituição. Segundo nosso entendimento instituição é “um agrupamento social legitimado” (DOUGLAS,1998, p51.). Assim, os agrupamentos sociais podem se organizar de maneira oficial e formal, com uma constituição ou com uma ata de fundação. Mas, os agrupamentos sociais também podem se organizar mediante um discurso fundador e uma posição que influencia seu meio social.

Dessa forma, tanto a CIO quanto os senhores de engenho (e também, os insurretos) são dois agrupamentos sociais legitimados, formados sob diferentes aspectos, mas semelhantes nos seguintes pilares institucionais: funcionalidade, aceitação (limites) e contradição.

Segundo Castoriadis (2008), a partir do momento que a sociedade se organiza, a instituição se faz presente e para cumprir determinadas exigências que são oriundas de uma causa específica. No entanto, a partir do momento que ela deixa de cumprir esse papel, isto é, sua funcionalidade, a instituição deixa de existir.

No cuestionamos la visión funcionalista en la medida en que llama nuestra atención sobre el hecho evidente, pero capital, de que las instituciones cumplen unas funciones vitales, sin las cuales la existencia de una sociedad es inconcebible. Pero sí la cuestionamos en la medida en que pretende que las sociedades se reduzcan a esto, y que son perfectamente comprensibles a partir de este papel. (CASTORIADIS, 2008, p. 127)

A análise de Castoriadis nos permite enxergar as instituições como portadoras de discursos que visam satisfazer necessidades dos grupos que as introjetaram. A função de satisfazer os grupos é um dos pilares encontrado nas obras de Elias e Tocqueville. Concomitantemente, vemos que o princípio da funcionalidade é aplicável as instituições do Brasil Holandês.

Além da necessidade de expressar sua funcionalidade, a instituição precisa ser aceita por quem a instituiu. Segundo Castoriadis (2008), para uma instituição ser introjetada ela precisa passar pelo teste da aceitação dos indivíduos que ela julga representar. Essa aceitação

ocorreria por meio de práticas e convívios que visam satisfazer e impor normas aos grupos que ela representa. Mas como medir a satisfação e o aceite daqueles que são representados pela instituição?

Para que esse aceite ocorra é necessário que ocorram duas condições básicas: agente histórico e momento histórico. Não teria razão a existência de uma instituição em um cenário que sua criação não seja necessária. Ela nasceria sem sentido, e certamente teria um período curto de sobrevivência.

A Companhia das Índias Ocidentais (CIO) foi criada em um contexto que a Coroa de Castela havia fechado os portos da América Portuguesa aos mercadores neerlandeses, os atingindo diretamente. A ocorrência dessas tensões e o dano aos mercadores proporcionou a criação da CIO.

Já os insurretos surgiram e foram instituídos em um contexto de perda de territórios, de privilégios e da liberdade religiosa. Assim, os Senhores de engenho, católicos e moradores locais foram diretamente atingidos. Tais ações se desenvolveram em um momento de ausência de um monarca na Coroa Lusitana, de crescimento da produção açucareira, de sobretaxação das mercadorias pelos neerlandeses, de maus tratos, de predominância do calvinismo e de queda do prestígio político dos senhores. Tal situação possibilitou o surgimento organizado dos insurretos.

Segundo Deleuze (1991), a instituição é um modo de procedimento que vem satisfazer algum desejo de maneira organizada. Ou seja, a instituição tem suas normas e práticas que visam a legalizá-la e mapeá-la dentro de um contexto que seus limites (entrada, permanência e saída de membros) são demarcados ou estão em processo de demarcação.

Evidentemente, não é “apenas” o “poder” do discurso que dá a instituição a sua estrutura. Na verdade, ela é introjetada pela prática desse discurso. Isso está diretamente relacionado com o poder que o discurso formado é capaz de produzir nos receptores. Em contrapartida, à medida que a instituição não faz na prática aquilo que a fez ser instituída, ela paulatinamente tende a desaparecer. Logo, a instituição precisa cumprir sua função para que exista e tenha uma longa duração. Entretanto, muitas das vezes, o discurso e a sua prática oscilam na tentativa de garantir a sobrevivência da instituição. .

A funcionalidade e a aceitação de uma instituição não é suficiente para garantir a manutenção da instituição. O discurso, a identidade, as normas e as práticas de uma instituição não querem dizer que a mesma possui um caráter homogêneo, visto que cada instituição propõe determinados tipos de ações que podem não corresponder as atitudes de seus indivíduos. Tal afirmação se dá, visto que o conflito é necessário para a própria manutenção da instituição

Segundo René Lourau (1995), a instituição é criada com força, universalidade e contradição. É esta contradição, que por mais contraditório que pareça, pode colaborar para o prolongamento da vida da instituição. Isso é possível, pois a instituição precisa ser capaz de se moldar as vicissitudes internas e incorporar elementos visando sua unidade, ainda que esses elementos não impliquem em uniformidade.

Isso ocorre, pois nenhuma instituição é homogênea. Ainda que ela tenha uma fala oficial, ela é composta por diferentes vozes dentro de sua estrutura. No campo dos insurgentes, liderado pelos senhores de engenho, a defesa da fé e do Estado era um elo, ainda que muitos desses membros tivessem distintas motivações para se engajarem no combate.

O mesmo se dava na CIO que, fundada por belgas calvinistas, era composta por judeus, protestante e católicos de outras partes, como franceses e italianos. Além da composição

multi-religiosa de seus membros, a CIO também abrigava interesses múltiplos em virtude de seu quadro ser composto por membros de províncias que disputavam o controle das ações da empresa (veremos isso com maior profundidade logo mais).

Para Castoriadis (2008), o antagonismo faz com que a sociedade consiga se instituir. Enquanto a coesão visa trazer a identidade, o antagonismo visa trazer senso de organização. O conjunto da sociedade não é homogêneo, e isso é um fator antagônico para a instituição. Logo, a função da instituição é agregar grupos e dar significados a eles.

Considerações Finais.

Tanto a empresa holandesa quanto os insurretos tinham um agente e um momento histórico; e ambas procuravam satisfazer algum desejo de maneira organizada, construindo assim seus discursos fundadores.

A empresa holandesa surgiu para satisfazer mercadores com acesso proibido ao Brasil. Além disso, surgiu para satisfazer os belgas foragidos dos Países Baixos. A CIO se tornava assim em um abrigo financeiro para os belgas interessados no ouro e a prata das frotas castelhanas.

Além dos motivos apresentadas acima houve outros, como o interesse de expansão do Império Marítimo Holandês, de consolidação da independência e de oportunidade para estratos inferiores da sociedade neerlandesa. O problema não foi ter todos esses elementos misturados, mas sim, dar razões (discursos) diferentes para a validar a existência da empresa.

A grande diferença dos holandeses para os insurretos, é que, embora os insurretos tivessem interesses distintos, o discurso oficial foi o mesmo do começo ao fim: defesa da fé católica e do reino português. Tornou-se mais fácil cumprir o discurso prometido, em virtude dos motivos serem únicos, ao passo que o inimigo divergia normas e práticas no intuito de agradar aos seus membros e atrair outros. Ainda que a oscilação do discurso e da prática seja interessante para garantir a sobrevivência da instituição, no caso holandês foi ruim, pois as oscilações exacerbadas tendem a colocar em xeque o foco das instituições.

Por fim, ressaltamos que as contradições internas são importantes para a manutenção da instituição, de modo que os conflitos são ferramentas utilizadas para dar forma a um elemento tão heterogêneo como a instituição. A instituição que consegue lidar com os antagonismos internos é aquela que agrega os grupos e dá significado a eles, obtendo assim a sua continuidade.

Não é inédito dizer que a maneira encontrada pela Companhia em lidar com os conflitos não foi detectá-los e encará-los, mas mudar abruptamente seu discurso e sua prática, de modo que as diferenças não fossem resolvidas. Do outro lado, os insurretos “apostavam” no elemento religião e honra para superar os obstáculos de seu empreendimento.

A insurreição igualou e deu equidade (ainda que temporária) a elementos diferentes. Tal sentido de “pertencimento” foi um elemento muito mais forte do que os milhões de florins que a empresa investiu no Brasil.

Referências Bibliográficas

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. Conselho Editorial do Senado Federal, Biblioteca Básica Brasileira, Brasília. 1998

CALADO, Frei Manoel. *O Valeroso Lucideno e o Triunfo da liberdade*. Recife, 1942

CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin, Cia das Letras, São Paulo. 2007

CASTORIADIS, Cornelius. *El Imaginário Social y La Institucion IN: El Pensamiento de Cornelius Castoriadis*. Vol I. Ediciones Proyecto Revolucionário, 2008, p. 126 – 182.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes, Forense Universitária, Rio de Janeiro. 1982

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DELEUZE, Gilles. *Instintos e Instituições*. IN: ESCOBAR, Carlos H. de (org). *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon Editorial, 1991, p. 134-137

DOUGLAS, Mary. *Como as Instituições Pensam*. Trad. Carlos Eugenio Marcondes de Moura. USP. São Paulo, 1998.

LOURAU, René. *As principais tendências de abordagens das instituições IN: Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PORTO SEGURO, Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Silva. *História das Lutas Com Os Holandeses No Brasil: Desde 1624 A 1654*. Progresso, Salvador. 1955

RODRIGUES, José Honório. *Civilização Holandesa no Brasil*. Nacional, São Paulo. 1940

_____. *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro. 1949.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de, conde de Porto Seguro. *História das Lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 – 1654*. Série Marajoara. Progresso. Salvador, 1955.

² Frei Raphael de Jesus, procurador geral da ordem de São Bento em Braga, escreveu em 1676 *O Castrioto Lusitano* com o intuito de destacar os feitos de João Fernandes Vieira e de demais capitães.

³ De acordo com Calado (1942), a partir de 1631 os portugueses que resistiam a invasão no Arraial do Bom Jesus tiveram que conviver com a traição de indivíduos contavam que aos holandeses tudo o que se passava entre os defensores. Um dos exemplos de traição teria sido a do índio Domingos Fernandes Calabar, que em 1632 passou para o lado neerlandês depois de ter sido acusado pelos lusitanos de furto. Conhecedor do território e das estratégias lusitanas, Calabar tornou-se um elemento importante para os avanços territoriais dos invasores. Contudo, sua sorte mudou quando um grupo chefiado pelo governador Matias de Albuquerque parte em direção a Alagoas, e trava no caminho uma batalha contra os neerlandeses sitiados em Porto Calvo. Nesse lugarejo, holandeses e outros indivíduos acusados de traição foram capturados, dentre eles, Domingos Calabar. Com Calabar preso, teria Matias de Albuquerque chamado Calado para ouvir a confissão de Calabar antes dele ser condenado pelos crimes de roubo e traição. A pena de Calabar foi a morte e o esquartejamento.

⁴ Esse período foi marcado pela adoção de estratégias militares da defesa lusitana em usar o interior como um meio de cercar o inimigo e surpreendê-lo. É importante destacar que até então, a ação no interior se dava de maneira não oficial por negros e luso-brasileiros, que preferiam esse tipo de estratégia a enfrentar a bater o inimigo de frente, como era feita pelas esquadras vindas de Portugal e Castela para deter o neerlandês.

⁵ Fica claro nessa breve análise de Abreu que, embora a preocupação com a veracidade do documento seja algo pertinente tanto a ele quanto a Varnhagen, o olhar que ambos tem da obra de Calado é diferente. Enquanto o monarquista Varnhagen vê a obra do clérigo português com desprezo, o republicano Abreu a enxerga com admiração.

⁶ Brasileiro filho de português.